

estudos AVANÇADOS

INFORMATIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ANO V - Nº 30 - MARÇO DE 1993

Reforma da Constituição

As propostas dos grupos de trabalho constituídos pelo Programa Mobilizador Revisão Constitucional serão debatidas no dia 23 de março, às 9h. Os grupos são: Estrutura Política e Institucional, Tributação e Orçamento, As Instituições Judiciárias, Relações Capital-Trabalho, Repensar a Federação, Educação/Ciência e Tecnologia, Administração Pública e Ordem Econômica. *Pág. 3*



Jorge Maruta

CONFERÊNCIA DO MÊS/MARÇO

A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada

Francisco de Oliveira

Professor do Departamento de Sociologia da USP, Francisco de Oliveira examinará as origens da chamada questão regional - que para ele é "mais de São Paulo do que do Nordeste"- e as conseqüências de sua não resolução para o País.



Oswaldo José dos Santos

CONFERÊNCIA DO MÊS/ABRIL

O Corpo Humano: Mercadoria ou Valor?

Giovanni Berlinguer

Quando era senador da República Italiana, o professor Giovanni Berlinguer, da Universidade La Sapienza de Roma, Itália, passou a se dedicar à questão das doações e transplantes de órgãos em termos internacionais. Para ele, trata-se de mais um "negócio entre Norte e Sul", como acontece no caso do sangue.

Autoritarismo e sociedade

Para discutir o autoritarismo presente na sociedade, como ele se manifesta e a viabilidade de através da educação os cidadãos tornarem-se de fato democráticos, o Programa Mobilizador Educação Para a Cidadania do IEA e mais oito instituições realizaram, em fevereiro, o seminário internacional *Autoritarismo Social X Democratização do Estado: Desafios à Educação*. *Pág. 8*

Dossiê sobre América Latina

O nº 16 da revista *Estudos Avançados*, a ser lançado em março, traz um dossiê sobre a América Latina. Um dos destaques é o documento onde o PNUD propõe uma estratégia para a superação da pobreza na região. *Pág. 7*

Encontro sobre Brasil e Índia

O IEA e o Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (IILS) realizarão, de 18 a 20 de outubro, a mesa-redonda *Política Social e Liberalização Econômica: Contrastando as Experiências e Estratégias de Brasil e Índia*. *Pág. 2*



Francisco Emolo

O ecologista José Galizia Tundisi, da Escola de Engenharia de São Carlos, faz palestra sobre Recursos Hídricos Continentais no dia 15 de abril, às 9h, atividade da Área de Ciências Ambientais do Instituto.

Brasil e Índia: evento fará análise comparada

O tema é política social e liberalismo econômico

Brasil e Índia atravessam um período de transição diante das mudanças estruturais na economia mundial e das conseqüentes alterações nas suas políticas econômicas internas, situação compartilhada por muitos países. Entretanto, os dois se diferenciam num aspecto: em suas dimensões continentais, que comportam economias complexas. Economias que permitiram certa autonomia e redução do impacto das pressões competitivas internacionais.

Para analisar as semelhanças e possibilitar o intercâmbio de propostas de políticas sociais, o IEA e o Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (IILS) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizarão, de 18 a 20 de outubro, a mesa-redonda *Política Social e Liberalização Econômica: Contrastando as Experiências e Estratégias de Brasil e Índia*. O encontro reunirá acadêmicos, políticos, administradores, empresários, sindicalistas e representantes dos meios de comunicação dos dois países.

ÁREAS - As discussões serão agrupadas em três áreas: 1. ajuste macroeconômico, liberalização e crescimento; 2. sistema agrícola, industrialização e desenvolvimento; 3. instituições do trabalho, previdência social e emprego.

Alguns temas comuns aos três tópicos serão enfatizados. O primeiro e mais abrangente é o papel do Estado e suas relações com o mercado. A liberalização implica no direcionamento da política econômica para a dinamização do mercado e na redução da interferência do Estado. Todavia, a dinamização do mercado pode significar diferentes formas de intervenção estatal para a promoção do desenvolvimento

ou de objetivos sociais. Em conseqüência, precisam ser avaliadas as estruturas governamentais possíveis, as alterações na organização da política econômica e as responsabilidades de outros atores sociais. O papel relativo dos empregadores, grupos transnacionais, produtores, sindicatos e associações será examinado, especialmente se novas formas de representação e organização puderem contribuir para estratégias de desenvolvimento para países que apresentam uma profunda dualidade.

O segundo a merecer ênfase será o impacto da pobreza e do desemprego na degradação das relações sociais. As mudanças estruturais por que passam os dois países indicam o surgimento de novas deficiências sociais e o acirramento de outras. Será questionado como a trajetória de de-

envolvimento pode ser orientada para evitá-las. Torna-se importante também a avaliação do planejamento de políticas sociais, seja em termos de estruturas de previdência, seja em termos de criação e modificação de instituições do trabalho.

O terceiro ponto é a importância da dimensão regional em cada país. Grande parte da intervenção estatal é dirigida à promoção de modelos específicos de crescimento regional, ou para prevenir concentrações indevidas de produção ou renda. As políticas regionais brasileiras e indianas e suas condições sociais e econômicas serão discutidas, bem como a forma como essas políticas serão afetadas pelo fortalecimento das forças competitivas, além das implicações para a promoção de empregos e outras metas sociais de âmbito regional.

AVALIAÇÃO

O papel do Itamaraty

A atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) nas últimas décadas e a postura a ser adotada diante do novo panorama internacional e nacional foram debatidas em mesa-redonda realizada em 21 de janeiro. O encontro foi organizado pelo IEA e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri) da Fundação Alexandre de Gusmão. Nele, integrantes da Área de Assuntos Internacionais apresentaram aos diplomatas participantes uma avaliação da política externa brasileira e do papel do Itamaraty.

TEMAS - A mesa-redonda tratou, entre outras, das seguintes questões: a identificação de problemas internacionais e das oportunidades para o País; os possíveis trunfos brasileiros para influir nos grandes temas mundiais; a importância para o Brasil de organismos internacionais; a opção entre presença universal ou prioridade para países ou regiões específicos; a importância de ações diplomáticas como promoção comercial, cooperação técnica, difusão cultural e assistência consular.

Seminário sobre Floram

De 12 a 14 de março, aconteceu no Alice Vitória Hotel em Vitória, Espírito Santo, o seminário *Florestas e Meio Ambiente: Floram Ano II*, sob a coordenação dos professores Aziz Ab'Sáber e Mauro Antonio Moraes Victor.

O objetivo do evento é discutir em profundidade o Projeto Floram, elaborado pelo IEA, para fazer com que suas propostas cheguem ao conhecimento da maior parte possível de autoridades governamentais e demais participantes da elaboração e implantação de políticas ambientais.

Ao procurar modelos de referência multifuncionais - ambientais, econômicos e sociais - o Projeto Floram pretende contribuir com um oportuno programa de produção de florestas plantadas. Esse esforço é acompanhado da preocupação com a preservação da biodiversidade regional ou reintrodução de espécies nativas e reserva obrigatória de espaços agropecuários produtivos, nas diversas regiões e sub-regiões do País.



Membros da Área de Assuntos Internacionais e diplomatas discutiram os rumos do MRE

Participaram da discussão: pelo Ipri - os diplomatas Gelson Fonseca Junior, Carlos Garcia, Pedro Luiz Rodrigues e Antonio Gonçalves; pela Área de Assuntos Internacionais do IEA - Amaury Porto de Oliveira, Gilberto Dupas, Jacques Marcovitch, Lenina Pomeranz, Oliveiros Ferreira, Paulo Nogueira Batista, Paul Singer e Ricardo Seitenfus.

Propostas para a Constituição

Grupos de trabalho apresentam sugestões em seminário no dia 23

Muitas reformas políticas passíveis de implantação através de emenda constitucional não foram efetivadas até agora e provavelmente ficarão para a revisão constitucional, prevista para ter início em 5 de outubro. Entre elas, a correção das distorções na representação estadual na Câmara dos Deputados e a alteração no sistema eleitoral são as que se revelam prioritárias e ao mesmo tempo de consenso político mais difícil. Mesmo reformas que dependem apenas de aprovação de lei, como a alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, têm encontrado dificuldades em sua tramitação.

Entretanto, além dessas mudanças há outras que têm se revelado necessárias desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, envolvendo não só aspectos da estrutura política brasileira, assim como das ordens econômica, jurídica e social.

Para identificar os pontos centrais dessas áreas a ser alterados na Constituição, o Programa Mobilizador Revisão Constitucional, criado em 1992, constituiu oito grupos de trabalho: Educação/Ciência e Tecnologia; Relações Capital-Trabalho; Repensar a Federação; Estrutura Política e Institucional; Tributação e Orçamento; Administração Pública; Ordem Econômica; e As Instituições Judiciárias.

Constituindo-se numa das principais iniciativas do IEA em 1993, o programa conta com a participação de acadêmicos, juristas, políticos, sindicalistas e empresários. No momento, os grupos de trabalho estão elaborando termos de referência para o detalhamento das propostas de alteração da Constituição.

O grupo de Estrutura Política e Institucional está formulando alternativas vinculadas às opções presidencialista



Desde o encerramento da Constituinte em setembro de 1988 tem-se revelado a necessidade de que a revisão da Constituição seja ampla

e parlamentarista do plebiscito de 21 de abril. No caso da manutenção do presidencialismo, o grupo sugere o exame da mecânica eleitoral (dois turnos), além da revisão da legislação partidária e eleitoral e dos critérios de composição da Câmara dos Deputados. Se aprovada a implantação do parlamentarismo, o ponto crucial é a forma de escolha do presidente, se direta ou indireta. Mantida a eleição direta do presidente, deve-se considerar não só a conveniência de um ou dois turnos, mas também a possibilidade de o Congresso escolher o chefe do Estado entre os três primeiros colocados no primeiro turno, ou a formação de uma maioria absoluta já no primeiro turno, através do "voto transferível", no qual o eleitor escolhe duas ou três preferências entre os candidatos à Presidência.

O grupo de Tributação e Orçamento sugere o estabelecimento de novos mecanismos de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, voltados para a redução das disparidades regionais. O Estado tem de apoiar as unidades de menor poder econômico através da melhoria das oportunidades de investimento,

mediante apoio a projetos de modernização da infra-estrutura, qualificação da mão-de-obra, desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento gerencial. A privatização deve ser entendida em sentido amplo: eliminar medidas protecionistas, cancelar subsídios e extinguir privilégios fiscais e cartoriais. Não se deve, entretanto, abandonar iniciativas de ordenação das relações produtivas e sociais. No comércio internacional, a proposta é assegurar ao produto brasileiro igualdade de condições perante as mercadorias importadas. Quanto ao sistema de previdência social, é proposta sua autonomia em relação ao governo. O gerenciamento dos recursos deveria ser compartilhado entre empregadores e empregados. É sugerida a simplificação do sistema tributário, com a redução do número de tributos, redefinição de suas bases de incidência, respeito ao direito do contribuinte, estabilidade normativa e recuperação dos padrões mínimos de ética tributária.

Salvo os casos especiais previstos na Constituição, a criação, extinção e estruturação de ministérios e órgãos públicos

devem voltar a ser competência exclusiva do Executivo, segundo proposta do grupo de Administração Pública. As normas sobre licitações devem ser revistas, sobretudo nos casos de empresas estatais e fundações, permitindo-lhes maior flexibilidade de contratação de obras e serviços. A revisão do regime jurídico único para o funcionalismo é outra proposta. Também os critérios de estabilidade devem ser reconsiderados.

A definição clara da distribuição de competências entre União, estados e municípios é um requisito essencial, segundo o grupo Repensar a Federação. O objetivo é evitar irrationalidades tais como duplicação ou superposição de responsabilidades administrativas, levando inclusive a decisões e penalidades contraditórias entre diferentes esferas. A dimensão descentralizadora e federativa da reforma fiscal deve ser discutida, atentando-se para o fato de a descentralização municipalista não ser garantia necessária de participação civil e comunitária, sendo preciso manter instrumentos de coordenação financeira em mãos do governo federal, a fim de serem garantidas funções vitais de integração e promoção do desenvolvimento. O papel da União e dos estados na redução dos desequilíbrios regionais e o debate sobre os critérios de representação estadual na Câmara dos Deputados, aliado à reforma eleitoral, também são priorizados pelo grupo.

Essas e outras propostas serão discutidas dia 23 de março, às 9h, no seminário *A Revisão Constitucional de 1993*, com os moderadores dos oito grupos de trabalho.

(Leia na página 6 sobre o conjunto de gravações em áudio de conferências a respeito da escolha do sistema de governo e sobre a revisão constitucional que o IEA está colocando à disposição dos interessados.)

PROGRAMAÇÃO IEA MAR-ABR/1993

DIA	HORA	TEMA	CONFERENCISTA	INICIATIVA
MARÇO				
12 a 14	9h	FLORESTAS E MEIO AMBIENTE: FLORAM ANO II ⁽¹⁾	Aziz Ab'Sáber e Mauro Antonio Moraes Victor	Ciências Ambientais
15	16h	CARACTERÍSTICAS DOS SOLOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A DINÂMICA DOS ECOSISTEMAS	Paulo Nogueira-Neto	Ciências Ambientais
18	9h	AS PERSPECTIVAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	Fernando Henrique Cardoso	Assuntos Internacionais
19	12h30	RELAÇÕES SOCIAIS E SISTEMA DE PRODUÇÃO NA MACROMETRÓPOLE	Milton Santos, Phillip Gunn e Suzana Pasternak Taschner	Estudos Urbanos
23	9h	A REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1993: Estrutura Política e Institucional; Tributação e Orçamento; Administração Pública; Ordem Econômica; Instituições Judiciárias; Relações Capital-Trabalho; Repensar a Federação; Educação/Ciência e Tecnologia	Ada Pellegrini Grinover, André Franco Montoro Filho, Aspásia Camargo, Bolívar Lamounier, Carlos Longo, Cláudio Lacombe, Fernando Rezende, Hélio Zylberstajn, Maria Sylvia Di Pietro e Sérgio Costa Ribeiro	Revisão Constitucional
25	14h30	PÓLOS TECNOLÓGICOS E COMPETITIVIDADE	José Adelino Medeiros	Política Científica e Tecnológica
26	9h30	TEORIA DA DEMOCRACIA	Francisco Weffort	Teoria Política
31	9h	A QUESTÃO REGIONAL: A HEGEMONIA INACABADA	Francisco de Oliveira	Conferência do Mês
ABRIL				
13	9h	DILEMAS E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA	Sérgio Costa Ribeiro	Educação Para a Cidadania
14	9h	SISTEMA HIPERMÍDIA E AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO	Idméa Semeghini Siqueira	Ciência Cognitiva
14	16h	O FUTURO DOS SISTEMAS ECONÔMICOS E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA ⁽²⁾	Robért Kurz (Revista Krisis, Alemanha)	Política Científica e Tecnológica/Instituto Goethe
15	9h	RECURSOS HÍDRICOS CONTINENTAIS	José Galizia Tundisi	Ciências Ambientais
16	12h30	DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E MOBILIDADE NA MACROMETRÓPOLE	Milton Santos, Phillip Gunn e Suzana Pasternak Taschner	Estudos Urbanos
22	9h	PORTUGAL E BRASIL: IDENTIDADES NACIONAIS	Carlos Guilherme Mota e Vera Ferlini	Cátedra Jaime Cortesão
23	9h30	DEMOCRACIA E ECONOMIA	Sulamis Dain (UFRJ)	Teoria Política
28	9h	IL CORPO UMANO: MERCE O VALORE?	Giovanni Berlinguer (Universidade La Sapienza, Itália)	Conferência do Mês
29	9h	THE NEW ENTREPRENEURS IN RUSSIAN CONTEMPORARY SOCIETY	Alexander S. Bim (Academia Russa de Ciências, Rússia)	Assuntos Internacionais/CEPSt

Local - sede do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, exceto: (1) Alice Vitória Hotel, Vitória, Espírito Santo; (2) Sala da Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos, campus de São Carlos. Todos os eventos são abertos ao público. O IEA fica na Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, São Paulo, SP. Informações: telefone (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442; fax (011) 211-9563.

Recursos hídricos

O ecologista José Galizia Tundisi, professor da Escola de Engenharia de São Carlos da USP, faz no dia 15 de abril, às 9h, a palestra *Recursos Hídricos Continentais*.

Tundisi tem desenvolvido intensa atividade de pesquisa em diversas áreas, dentre elas: produção primária, ciclos de nutrientes e mecanismos de funcionamento de lagos, represas e estuários em regiões tropicais; ecologia de estuários; ecologia e manejo de reservatórios;

processos de funcionamento integrado de bacias hidrográficas; e interação rios/represas.

Com quatro livros e mais de uma centena de trabalhos publicados no Brasil e no Exterior, Tundisi recebeu em 1986 da Academia Brasileira de Ciências a medalha "Augusto Ruschi" pela sua contribuição ao estudo de lagos e represas. Em 1992, foi agraciado com o Prêmio Moinho Santista na área de ecologia.

Política externa

"A política externa brasileira terá cada vez mais que atender à complexidade da sociedade brasileira em todas as suas legítimas demandas através de uma adequada compreensão e utilização das oportunidades oferecidas por uma conjuntura internacional igualmente complexa." Esse princípio é defendido pelo ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, que faz palestra no dia 18 de março, às 9h, sobre *As Perspectivas da Política Externa Brasileira*.

Para ele, a estratégia brasileira tem de ser multidirecional: "A pluralidade étnica, cultural, política e ideológica brasileira inviabiliza parcerias excludentes. A diversidade e a escala da economia inibem a concentração em determinados mercados." Ele considera que não é possível haver política externa significativa dissociada da política interna e sem o apoio da sociedade.

Sistemas econômicos e tecnologia

O filósofo alemão Robert Kurz estará no campus de São Carlos da USP no dia 14 de abril, às 16h, quando fará a palestra *O Futuro dos Sistemas Econômicos e da Inovação Tecnológica*, na Sala da Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos. A palestra é uma realização conjunta da Área de Política Científica e Tecnológica e do

Instituto Goethe.

Kurz interpreta a falência do socialismo real como uma crise do próprio capitalismo. Outro componente desse quadro seria a marginalização tecnológica de parcelas da população mundial.

No dia 15 de abril, às 19h30, haverá uma mesa-redonda com a participação de Kurz no Instituto Goethe (Rua Lisboa, 974, São Paulo, SP) com o tema *O Colapso da Modernização*, título do livro do filósofo editado pela Paz e Terra e cujo lançamento precederá o evento.

Gravações sobre plebiscito e revisão

Com o objetivo de colaborar nos debates sobre as opções presidencialista e parlamentarista de sistema de governo e sobre a revisão da Constituição Federal, o IEA colocou à disposição dos interessados um conjunto de fitas de áudio com sete conferências sobre os dois temas realizadas em 1991 e 1992.

Os conferencistas são Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier, Dalmo Dallari, Miguel Reale, José Serra e Aristides Junqueira. Entre os aspectos discutidos estão as características dos dois sistemas de governo, a própria pertinência do plebiscito, o sistema político-eleitoral, a alteração do sistema eleitoral, a adequação do sistema de representação, a reorganização institucional do País, o sistema tributário, as atribuições dos três Poderes e a atuação do Ministério Público.

Parte das conferências constituiu o ciclo *Parlamentarismo, Presidencialismo e Democracia*; outras foram atividades preparatórias do Programa Mobilizador Revisão Constitucional.

Os interessados na aquisição das fitas devem entrar em contato com Ana Maria, do Centro de Documentação do IEA, telefone (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442.

A seguir, as sinopses das conferências com seus autores e datas de realização.

QUAL PARLAMENTARISMO?

Miguel Reale

22 de agosto de 1991

O jurista Miguel Reale argumenta que antes de se apresentar à sociedade a opção parlamentarista é preciso esclarecer à população o tipo de parlamentarismo desejado. Segundo ele, a proposta de um semiparlamentarismo é a mais coerente. Seriam mescladas a rapidez e a eficiência do presidencialismo com a aderência mais concreta aos valores democráticos, característica do parlamentarismo. Alerta, entretanto, que a eficácia desse



José Serra



Fernando Henrique Cardoso



Dalmo Dallari



Bolívar Lamounier



Miguel Reale



Aristides Junqueira

semiparlamentarismo depende da resolução de questões importantes, como a definição das atribuições do Executivo e do Legislativo.

PARLAMENTARISMO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NO BRASIL

Fernando Henrique Cardoso

30 de setembro de 1991

O atual ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, questiona os argumentos contrários à adoção do parlamentarismo. À alegação de que o parlamentarismo exige partidos fortes, responde que os partidos brasileiros são fracos, mas nunca se tornarão fortes no presidencialismo. Para ele, também é preciso mudar o sistema eleitoral, adotando-se o voto distrital proporcional. Contesta ainda o argumento de que o parlamentarismo leva à estabilização no poder de oligarquias: "O problema atual é inverso, pois um Congresso que se renova em 65% a cada eleição é muito ruim para o País".

NEM PRESIDENCIALISMO, NEM PARLAMENTARISMO

Dalmo Dallari

28 de novembro de 1991

O jurista Dalmo Dallari ava-

lia que a discussão sobre o sistema de governo não é a questão mais importante para o País: "Muitos dos problemas nacionais não precisam da adoção do parlamentarismo para ser resolvidos". Dallari vê na defesa incondicional que muitos fazem do parlamentarismo objetivos políticos ocultos e até interesses individuais. Identifica em alguns defensores da mudança de sistema o anseio de que o governo torne-se mais competente no atendimento a seus desejos. Em outros detecta a visualização do parlamentarismo como única possibilidade de chegar ao poder.

PRESIDENCIALISMO VERSUS PARLAMENTARISMO

Bolívar Lamounier

5 de dezembro de 1991

Segundo o cientista político Bolívar Lamounier, há a necessidade de uma reorganização institucional do País, sendo o ponto central dessa transformação a escolha do sistema de governo no plebiscito de 21 de abril. Lamounier considera que as discussões em andamento sobre reforma constitucional, forma e sistema de governo e outras são um exemplo de que o País atingiu um está-

gio maduro do ponto de vista político-institucional. Para ele, se as pessoas refletissem mais sobre os danos que uma crise aguda do sistema presidencialista pode causar à sociedade passariam a ver o parlamentarismo com outros olhos.

A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO EM 93

José Serra

25 de maio de 1992

O deputado federal José Serra (PSDB-SP) discorda da idéia de que a revisão da Constituição seja limitada, devendo se restringir apenas à adaptação da Carta à forma e ao sistema de governo que os eleitores escolherão no plebiscito. Ele identifica na Constituição quatro grandes áreas merecedoras de retificação: sistema político-eleitoral, federalismo, sistema tributário e responsabilidades dos três Poderes. Serra avalia que mesmo tendo início em 5 de outubro deste ano, a revisão deverá se prolongar durante 1994, um dos maiores anos eleitorais da história republicana brasileira: "É uma crise com data marcada".

A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E O EXERCÍCIO DA CONSTITUIÇÃO

Aristides Junqueira

9 de novembro de 1992

O procurador-geral Aristides Junqueira comenta que o Ministério Público é instrumento de defesa dos direitos e garantias individuais e, segundo a Constituição Federal, não será objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir aqueles direitos. Apesar de considerar satisfatória a definição constitucional do Ministério Público, Junqueira julga necessário substituir a expressão "defesa da ordem jurídica" por "defesa da ordem jurídica democrática", pois "uma ordem jurídica que não estiver calcada no regime democrático obrigará o procurador-geral a defender uma ordem jurídica totalitária".

A recuperação econômica e a transformação produtiva são condições necessárias mas não suficientes para superar a pobreza na América Latina. Mantidos os níveis de concentração de renda atuais, a pobreza só seria eliminada na região com um crescimento de mais de 6% do PIB per capita durante décadas, o que é inviável. Metade da população latino-americana situa-se na faixa de pobreza e um terço no nível de pobreza absoluta. A reversão desse quadro exige que a renda dos pobres tenha um crescimento maior do que as rendas médias nacionais e que os gastos públicos se orientem de maneira crescente para a satisfação das necessidades básicas dessas populações. Para que a renda dos pobres cresça no ritmo desejado são necessárias três políticas: uma salarial, orientada para a recuperação e posterior superação dos níveis reais anteriores à crise econômica; outra para o desenvolvimento da economia popular;

REVISTA

Um dossiê sobre a América Latina

e uma social, para a superação da pobreza.

Essa análise consta do documento *Uma Estratégia Para a Superação da Pobreza na América Latina*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O texto integra o *Dossiê América Latina* que a revista *Estudos Avançados* traz na edição nº 16, cujo lançamento ocorre este mês.

O dossiê contém ainda os textos: *Globalização das Estruturas Econômicas e Identidade Nacional*, de Celso Furtado; *Condições Culturais da Educação*, de Eduardo Portella; *Notas Sobre a Questão de Identidade e Nação no Peru*, de Aníbal Quijano; *Desenvolvimento Regional Adaptado: o*

Caso da Amazônia Brasileira, de Gerd Kohlhepp; *Perspectivas da Rodada Uruguai*, de Paulo Nogueira Batista; *Considerações Sobre o Mercosul*, de Ricardo Seitenfus; e *O Programa Nacional de Solidariedade: Fatos e Idéias em Torno de um Esforço*, de Carlos Rojas Gutiérrez, sobre a experiência mexicana.

Na seção *Artigos*, o sociólogo francês Alain Wisner propõe uma nova ciência, a antropotecnologia. Federico Mayor trata das biotecnologias neste início de década e o historiador Luís Adão da Fonseca aborda o imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16, tema de sua palestra na Cátedra Jaime Cortesão em 1992.

O compositor Camargo Guarnieri, recentemente falecido, é homenageado na seção *Criação*, onde Domênico Barbieri comenta o cancionero do músico, sobretudo as duas versões compostas para o poema *Oferta*, de Renata Pallotini. As partituras são reproduzidas.

A seção *Memória* resgata uma das várias participações no IEA do ex-senador e ministro Severo Gomes, morto em outubro de 1992 no trágico acidente de helicóptero em que também perderam a vida o deputado Ulisses Guimarães, Mora Guimarães e Maria Henriqueta Gomes, além do piloto. A intervenção transcrita (*Contra Qualquer Ordem Internacional*) constitui a participação de Severo Gomes no debate sobre o Relatório da Comissão Sul, em outubro de 1991. Na mesma seção, Maria Lígia Coelho Prado homenageia o sociólogo equatoriano Agustin Cueva Dávila, também morto em 1992.

RÁDIO

Cópias de "Uma Janela Para o Mundo"

Todos os sábados, às 14h, a USP FM (93,7) apresenta o programa *Uma Janela Para o Mundo*, produzido pelo IEA. Nele, professores visitantes e conferencistas convidados são entrevistados sobre suas especialidades. Com o programa, o Instituto procura levar ao público não-acadêmico informações sobre as principais atividades que realiza.

Para tornar possível que essas entrevistas sirvam como material de consulta, o Centro de Documentação do Instituto atende solicitações de cópias. O pedido pode ser feito pessoalmente, por carta ou através do fax (011) 211-9563. A seguir, a relação dos novos programas disponíveis.

- *Redução de Desastres Naturais e Desenvolvimento Sustentável* - entrevista com Umberto Giuseppe Cordani.
- *O Sistema de Inovação no Brasil* - Marcos Luiz dos Mares Guia entrevistado por Walter Colli.
- *A Agricultura Brasileira e o Mercosul* - entrevista com Marcos Sawaya Jank.
- *A Legislação Eleitoral e Partidária* - entrevista com Prisco Viana.
- *A Rodada Uruguai e o Brasil* - entrevista com Clodoaldo Huguency e Araminta Mercadante.
- *O Estado e a Educação no Brasil* - entrevista com José Goldeberg.
- *A Modernização Tecnológica e a Educação* - entrevista com Ruy Quadros Carvalho, Vanilda Paiva e Sérgio Costa Ribeiro.
- *O Estudo das Mudanças Globais no Planeta* - entrevista com Aldo Rebouças e Pedro Leite da Silva Dias.
- *O Relacionamento Historiográfico Portugal-Brasil* - entrevista com Caio Boschi.

- *Jaime Cortesão e a Cultura Luso-Brasileira* - entrevista com Francisco Falcão Machado e Antonio Augusto Soares Amora.
- *O Estudo da História Para a Compreensão do Brasil* - entrevista com Afonso Henrique Marques dos Santos e Luiz Henrique Dias Tavares.
- *O Repensar da Política Externa Brasileira* - entrevista com Gelson Fonseca.

CADERNOS

Coleção Documentos

Novos cadernos da *Coleção Documentos* serão lançados este bimestre. Os textos publicados na *Coleção* são fruto das atividades dos programas mobilizadores, áreas, grupos e professores visitantes do Instituto. Até o momento, são 19 séries com um total de 114 cadernos.

Os interessados em receber a relação completa devem entrar em contato com Marlene Rodrigues, via correio ou através do telefone (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442, ou ainda pelo fax (011) 211-9563. Alguns dos cadernos que serão

publicados este mês são:

Série Educação Para a Cidadania

● *A Educação e a Inserção do Brasil na Modernidade* - Sergio Costa Ribeiro

● *Autoritarismo Social X Democratização do Estado - Desafios à Educação* - vários autores

Série Ciência Cognitiva

● *O Físico e o Mental: Inteligência Artificial e o Problema Mente-Cérebro* - João de Fernandes Teixeira

● *Estruturas Dissipativas Auto-Organizadas: Um Ponto de Vista Estatístico*

Autoritarismo social

O esforço para se atingir um Estado verdadeiramente democrático revela-se árduo quando o autoritarismo encontra-se enraizado na sociedade. Um mecanismo para reverter essa situação é tornar o sistema educacional apto a formar cidadãos democráticos.

Para discutir essas questões, o IEA, através de seu Programa Mobilizador Educação Para a Cidadania, e mais oito instituições realizaram em fevereiro o seminário internacional *Autoritarismo Social X Democratização do Estado: Desafios à Educação*.

Segundo o professor visitante Sérgio Costa Ribeiro, um dos coordenadores do seminário, o tema se justifica diante da constatação de que a redemocratização do Estado em meio a uma cultura autoritária pode significar simplesmente a "reciclagem" do autoritarismo.

Para analisar essa cultura autoritária, o evento tratou das formas e mecanismos pelos quais o autoritarismo transporece na cultura do povo; na organização social; nas concepções de cidadania ou na cidadania possível a cada setor social; nas relações raciais, geracionais e de gênero; nos estamentos e classes sociais; e na formação das elites e da população em geral.

Para Ribeiro, essas discussões tocam em temas do populismo clássico, onde o Estado é considerado fonte de todo mal social e a "sociedade civil" depositária da democracia e de todo o bem. Esse tipo de raciocínio maniqueísta leva ao falso pressuposto de que a democratização do Estado independe da democratização da sociedade e, portanto, o esforço por uma educação democrática não teria nenhum sentido.

Admitida a possibilidade de uma educação para a democracia, deve-se indagar, diz Ribeiro, qual o papel da intelectualidade como formuladora de propostas, organizadora de idéias e difusora de representações que se nutrem da cultura e em que medida ela pode influir na ação do Estado. É preciso ainda conhecer as possibilidades e limites de intervenção na cultura e na educação, de modo a impedir a reprodução do *ethos* autoritário.

Ribeiro explica que o problema consiste em formar o *ethos* democrático através da interação comunicativa e, por outro lado, apreender os mecanismos pelos quais ocorre a reprodução das estruturas sociais objetivas e as alternativas de intervenção através do setor educacional.

O seminário aconteceu de 15 a 17 de fevereiro e foi uma re-

alização conjunta do IEA, Instituto de Educação da Unesco (UIE), Ford Foundation, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Fundação Carlos Chagas, Fórum Permanente da Fundação Getúlio Vargas, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clasco), Orealc e Instituto de Estudos da Religião (Iser). Os coordenadores foram os professores Sérgio Costa Ribeiro (IEA) e Vanilda Paiva (UIE). Além deles, participaram Alba Zaluvar, Aspásia Camargo, Bernardete Galli, Gero Lenhardt, Joel Ruffino dos Santos, Louis Maheu, Maria Laura Barbosa Franco, Marília Spósito, Neville Alexander, Patrick Dias, Paul Bélanger, Roberto da Matta, Roberto Romano, Ruben César Fernandes, Sergio Haddad e Wanderley Guilherme dos Santos.

MATEMÁTICA

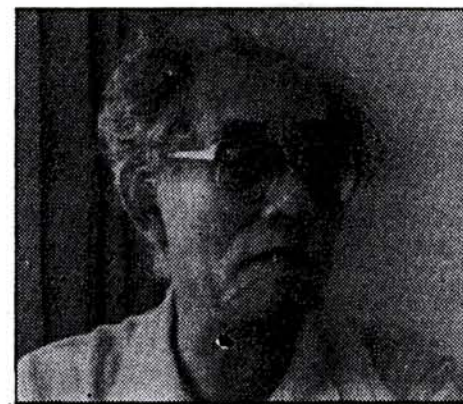
A importância da imaginação

Todos os conceitos matemáticos são abstratos e pertencem ao mundo da imaginação. Então, o que diferencia a imaginação matemática da artística, por exemplo? A diferença está na investigação das inter-relações entre os conceitos, segundo o matemático e lógico japonês Kiyoshi Iseki, da Universidade de Kobe, professor visitante da Área de Lógica e Teoria da Ciência.

"Na matemática, os conceitos obedecem certa relação e são estudados através da lógica, para a análise do sistema de rede conceitual elaborado em função de alguma teoria", comenta. Surgem então questões importantes, como o princípio da não-contradição, estabelecido pela lógica clássica. Nas artes, ao contrário, não há essa estrutura rígida de relações entre as idéias forjadas na imaginação: "Na literatura, por exemplo, as contradições são permitidas e muitas vezes fundamentais".

APLICAÇÃO - A matemática também se diferencia do ponto de vista científico: "Ela se ocupa de idéias abstratas e em princípio desconectadas do mundo real; ao passo que as outras ciências lidam sobretudo com problemas ligados ao mundo físico". Apesar

de caracterizar-se como uma atividade da imaginação, a matemática encontra aplicações práticas. "Princípios geométricos são utilizados na construção de casas e objetos; a trigonometria tem vários usos na engenharia", lembra Iseki.



Kiyoshi Iseki

PROCESSO - Na opinião de Iseki, para se fazer boa matemática é preciso grande dose de imaginação, condição para um trabalho criativo. Entretanto, isso não significa que um matemático com essas qualidades formulará teorias completamente originais e surpreendentes: "Existem inúmeros problemas matemáticos a ser resolvidos. A resolução de um problema faz com que surjam muitos outros em progressão exponencial. Essa é a dinâmica da verdadeira matemática. Em resumo, o que importa na matemática é a criatividade do processo, uma vez que não há margem para formulações que não sejam baseadas em conhecimentos anteriores".

**estudos
AVANÇADOS**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Conselho Deliberativo: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bosi, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic, João Evangelista Steiner, Júlio Cezar Franco de Oliveira, Umberto Giuseppe Cordani e Walter Colli.

Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior. Redação: Mauro Belleza (jornalista responsável) e Dario Borelli. Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP. Telefone: (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442. Fax: (011) 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.